

Comércio quer salários com mais 14,74%

Pelo protocolo assinado ontem em Brasília, com a Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio — CNTC —, a Confederação Nacional do Comércio — CNC — se comprometeu a interceder junto às federações e sindicatos patronais da categoria para que seja pago a partir de setembro um reajuste de 14,74% aos 16 milhões de comerciários do País.

Este reajuste corresponde à antecipação, em uma só vez, do acumulado referente ao índice de correção salarial de 4,69% (igual à URP — Unidade de Referência de Preços) que, segundo o Plano Bresser, deveria ser aplicado sobre os salários de setembro, outubro e novembro.

Recursos

Ao assinar o protocolo — que «tem força moral» e não legal, como lembrou o presidente da CNTC, Antonio Alves de Almeida — o presidente da CNC, Antonio Oliveira Santos, disse que esta antecipação no reajuste do salário dos comerciários de todo o País, corresponde a uma injeção de Cz\$ 18 bilhões numa economia que precisa urgentemente ser aquecida para evitar a recessão. Oliveira Santos apelou para que os empresários de outros setores e o próprio Governo sigam o exemplo da CNC, argumentando que, se a medida vier e a abranger os 53 milhões de trabalhadores de todas as categorias a injeção de recursos deverá ser da ordem de Cz\$ 90 bilhões — «mais de US\$ 1,5 bilhão», — ressaltou — o que seria suficiente para «retirar a camisa de força de nossa economia».

Ao lembrar que um protocolo — assinado no mês passado — recomendando o pagamento imediato dos resíduos de «gatilhos» salariais já está sendo cumprido por 95% dos comerciantes nacionais, Oli-

veira Santos disse não ter dúvidas, de que este novo protocolo também será aceito integralmente pelos empresários do comércio. Argumentou que, na prática, a antecipação custará ao empresário aproximadamente 15% da folha de pagamento. Para ele, esse gasto a mais deverá ser compensado pelo aumento das vendas, não sendo necessário nenhum repasse aos preços.

Sobre a lei

Embora reconheça que o protocolo representa «um salto sobre a lei salarial», os presidentes da CNC e CNTC afirmaram que não estão contrariando o decreto-lei que instituiu o Plano Bresser e que determina que os reajustes sejam feitos com base na URP, porque isso seria apenas o piso e não o teto para as correções salariais, segundo entendem as duas confederações.

Oliveira Santos defendeu ainda a liberdade para que os empresários reajustem os salários de seus empregados pela «inflação sentida» e não pela oficial: «Nas negociações que mantemos com os representantes dos comerciários temos de lançar mão mais da nossa sensibilidade que dos índices oficiais, que são manipulados» — afirmou, argumentando que são sempre divergentes os percentuais de inflação divulgados pelo IBGE, FGV e outros órgãos.

Vicente Rosolia, chefe de gabinete do ministro do Trabalho, esteve presente à assinatura do protocolo — do qual participou, também, o sindicalista Antonio Magaldi, presidente da USI, União Sindical Independente — e declarou que o documento, negociado diretamente entre patrões e empregados, é um exemplo da modernização e do avanço da democracia nas relações capital-trabalho.